

ARTIGOS

Submetido 28-03-2023. Aprovado 21-11-2024

Avaliado pelo sistema de revisão duplo-anônimo. Editora Associada: Andrea Leite Rodrigues

Avaliadores/as: O/a primeiro/a e o/a segundo/a avaliadora/a não autorizaram a divulgação de sua identidade e relatório de avaliação por pares. Otavio Prado , Prefeitura Municipal de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

O relatório de revisão por pares está disponível neste link

Versão original | DOI: <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v30.90560>

PORTAIS ELETRÔNICOS NA ACCOUNTABILITY: ABRINDO A “CAIXA-PRETA”

Electronic portals in accountability: Opening the “black box”

Portales electrónicos en la rendición de cuentas: Abrir la “caja negra”

Daniel Colman Sanabria¹ | danielppr2010@hotmail.com | ORCID: 0000-0001-5825-4896

Renato Fabiano Cintra^{1,2} | renatocintra@ufgd.edu.br | ORCID: 0000-0003-2887-5610

*Autor correspondente

¹Universidade Federal da Grande Dourados, Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional, Dourados, MS, Brasil

²Faculdade de Educação, Tecnologia e Administração de Caarapó, Caarapó, MS, Brasil

RESUMO

O estudo explora a fronteira do conhecimento sobre *accountability* e técnicas utilizadas para a coleta de dados em portais eletrônicos. Foi realizada uma revisão sistemática da literatura para explorar modelos ou métodos capazes de mensurar *accountability* em portais eletrônicos. Foram examinados cerca de oito mil estudos e 51 deles atenderam aos critérios de inclusão. Os documentos foram analisados e resultaram em sete grupos primários: governos municipais, governos locais em geral, governos estaduais, instituições educacionais, terceiro setor; dados abertos; e outras abordagens. Os documentos identificados podem contribuir para a promoção e estruturação da *accountability* nas organizações. A contribuição teórica consiste na síntese do tema e na apresentação de direções pra futuras pesquisas, que farão avançar o campo. Além disso, mostra um aparato para compreensão da coleta de dados em portais eletrônicos em *accountability*.

Palavras-chave: accountability, portais eletrônicos, revisão sistemática, responsabilização, transparência.

ABSTRACT

he study explores the frontier of knowledge on accountability and techniques used to collect data on electronic portals. A systematic literature review was carried out to explore models or methods capable of measuring accountability on electronic portals. After analyzing approximately 8,000 studies, 51 met the inclusion criteria. They were analyzed and grouped into 7 primary categories: municipal governments, local governments broadly, state governments, educational institutions, the third sector, open data, and other approaches. The identified documents can contribute to promoting and structure of accountability within organizations. The theoretical contribution consists of a synthesis of the theme and outlining future research directions to advance the field. Furthermore, it shows an apparatus for understanding data collection on electronic portals in the context of accountability.

Keywords: accountability, electronic portals, systematic review, responsibility, transparency.

RESUMEN

El estudio explora la frontera del conocimiento de la rendición de cuentas y las técnicas utilizadas para recolectar datos en portales electrónicos. Se realizó una revisión sistemática de la literatura para explorar modelos o métodos capaces de medir la rendición de cuentas en portales electrónicos. Luego de analizar alrededor de ocho mil estudios, 51 de ellos cumplieron con los criterios de inclusión, los cuales fueron analizados y dieron como resultado siete grupos primarios: gobiernos municipales; gobiernos locales en general; gobiernos estatales; instituciones educativas; tercer sector; datos abiertos; y otros enfoques. Los documentos identificados tienen el potencial de contribuir a la promoción y estructuración de la rendición de cuentas en las organizaciones. El aporte teórico consiste en una síntesis del tema y direcciones futuras, que harán avanzar el campo. Además, muestra un aparato para comprender la recopilación de datos en portales electrónicos en materia de rendición de cuentas.

Palabras clave: rendición de cuentas, portales electrónicos, revisión sistemática, responsabilización, transparencia.

INTRODUÇÃO

A “democracia não está morrendo”, pois a crise não foi causada pela incapacidade de enfrentar os desafios do mundo moderno, mas pelo fracasso do neoliberalismo em lidar com as questões socioeconômicas (Bresser-Pereira, 2020). Isso faz pensar que a gestão pública vai além da eficiência e eficácia. O Estado tem se afastado de seus valores inclusivos na ânsia pela produtividade (Pagani, 2022). Em contrapartida, novos estudos têm promovido teorias alternativas para incorporar elementos às tradicionais, de maneira sistêmica e relacional, promovendo os valores democráticos (Filgueiras, 2018; Pagani, 2022).

Portanto, apresentam-se como campo frutífero para novas pesquisas as formas como o Estado se comunica com a sociedade, em especial nos portais eletrônicos, que surgem como instrumento ao cidadão (Braga et al., 2014; Gelatti et al., 2015) e contribuem com a construção da *accountability* (Alves & Bonfim, 2020; Raupp & Pinho, 2013), conceito que se relaciona com o equilíbrio entre as normas e responsabilidades dentro de um complexo sistema de governança (Denhardt, 2012).

Além disso, respeitados os casos de sigilo, a informação da administração pública deve ser divulgada, possibilitando controle social; mas não basta apenas divulgar, é preciso que a informação seja prestada com clareza, qualidade e tempestividade (Dantas et al., 2005). No Brasil, legislações como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei da Transparência e Lei de Acesso à Informação (LAI) iniciaram um ciclo de mudanças na relação entre sociedade e poder público (Bairral et al., 2015), e são mecanismos que apoiam a construção e estruturação da *accountability* nas instituições públicas.

Nesse contexto de aumento das estruturas de controle social e exercício da cidadania, a *accountability* tem ganhado espaço, portanto medir e estimular a capacidade de disponibilizar dados e informações nos portais eletrônicos tem se mostrado relevante (Cruz & Marques, 2014; Sanabria et al., 2023). Medir a *accountability* tem sido tópico de discussão em várias áreas da literatura (Boer, 2021; Dutu & Diaconu, 2017; Santos et al., 2022). Uma maneira comum de medi-la é por meio de indicadores de transparência, que avaliam a divulgação de informações e a abertura de processos decisórios ao público (Peixoto & Fox, 2016). Alguns exemplos de indicadores de transparência incluem divulgação de informações financeiras e orçamentárias, disponibilidade de registros públicos e participação pública em audiências e consultas (Ingrams, 2019; Moura, 2022).

É nesse cenário que se desenvolve a pesquisa, pois objetivou explorar estudos da *accountability* correlacionados com formas de se medir/operacionalizar a coleta de dados de *accountability* em portais eletrônicos, nas principais bases (SciELO, Spell, Scopus e Web of Science). Por meio da revisão sistemática da literatura, procurou modelos ou instrumentos capazes de medir a *accountability* em portais eletrônicos. Observou oito mil estudos, e 51 atenderam os requisitos de inclusão, pois contribuem de modo a sugerir mecanismos que orientem os gestores na condução da gestão pública, demonstrando os principais modelos de estruturação e mensuração da *accountability*.

A presente pesquisa serviu de base para a construção do precedente instrumento para análise da *accountability* na política de assistência estudantil em portais eletrônicos (Sanabria et al., 2023) e expande a investigação (Sanabria, 2023). Além disso, a *accountability* é dimensão essencial no fortalecimento da governança democrática no setor público. Diversos protocolos de mensuração têm sido propostos, cada um enfatizando diferentes dimensões da *accountability*, portanto promover a avaliação de mérito que melhor capte a realidade em portais eletrônicos, de modo a garantir a transparência e a efetividade das ações do Estado, torna-se fundamental. Apesar desses protocolos, diversos setores não foram contemplados com os referidos enfoques (Sanabria et al., 2023), bem como carecem de instrumentos avaliativos que demonstrem de maneira sistemática e tempestiva a efetividade das ações governamentais (Martins & Peixe, 2020).

ACCOUNTABILITY

Não há no Brasil tradução literal para *accountability* (Lima, 2021), e é um processo em desenvolvimento (Pinto et al., 2020). A perspectiva para compreender o que é *accountability* está ligada às conexões, ou seja, aquilo que é posto em prática no exercício da *accountability*, que se apresenta como um mecanismo contra os desvios de conduta dos agentes públicos: falta de transparência e ausência de controle (Campos, 1990). A *accountability* é um conceito permeado pelas ações daqueles que a promovem, e a ausência da tradução ocorre pela falta da promoção da cultura da *accountability* (Pinho & Sacramento, 2009).

Democracia, participação, transparência, controle e responsabilização cercam as possíveis definições da *accountability* (Abrucio & Loureiro, 2004; Bobbio, 2017; O'Donnell, 1998; Raupp & Pinho, 2013). A *accountability* envolve os meios e formas com os quais as instituições gerenciam expectativas dentro e fora da organização (Romzek & Dubnick, 1987). Há amarras definidora para construir a *accountability*, que é fundamentada na ideia de “prestação de contas” (Dubnick, 2005) e envolve interação entre aquele que busca informações e os que as fornecem (Mulgan, 2000).

A participação da população é fundamental no processo democrático (Olsen, 2018). Olsen (2018) questiona se a participação popular é de fato efetiva do ponto de vista qualitativo, pois, se as instituições que divulgam informações são as mesmas que podem ser responsabilizadas, será que há real interesse em torná-las públicas? Logo, está mais inclinada à omissão, com o objetivo da não responsabilização de quem as divulga. O processo de divulgação inclui linguagem formal, densa e complexa, o que cria no cidadão um sentimento de incapacidade de compreensão e participação.

Nota-se, portanto, que a *accountability* se relaciona a um conceito de dupla obrigação, uma que parte do poder público, que dá publicidade aos seus atos, e outra que parte da sociedade, que nesse contexto é quem exerce o poder democrático de fiscalização dos agentes públicos (Rocha, 2013). Precursor nos estudos, O'Donnell (1998) classificou-a em vertical e horizontal. A vertical ocorre quando são realizadas ações, individuais ou coletivas, referenciando aqueles que ocupam posições em instituições do Estado, sejam eles eleitos ou não. O exemplo são as

eleições periódicas dos governantes. A horizontal configura a existência de uma rede de agências estatais, relativamente autônomas, na qual têm o poder legal para realizar a supervisão e até sanções contra outros agentes do Estado que possam ter cometido algum delito; nesse caso evidenciam-se os tribunais de contas e agências reguladoras. A vertical é produto da ação política do cidadão e da sociedade, enquanto a horizontal é produto de agências internas do Estado (Rocha, 2011).

A *accountability* é concebida com base em diferentes espaços e modelos, e não pode ser considerada um fenômeno único e intimamente relacionado ao contexto administrativo em que se insere (Rocha, 2011). Essa concepção está vinculada a três dimensões fundamentais: transparência, prestação de contas e responsabilização (Figura 1). A efetivação requer a participação da população no debate sobre políticas públicas e na construção de mecanismos institucionais de controle das ações dos agentes públicos (Medeiros et al., 2013).

Figura 1 – Dimensões da *Accountability*



Fonte: Buta et al., 2018; Batista et al., 2021.

A transparência dos atos públicos é dimensão fundamental da *accountability* (Koppell, 2005) e não ocorre apenas por previsão legal, mas por iniciativa dos governantes em tornar públicas suas ações (Rocha et al., 2019). Portanto, reconhecer a *accountability* para além de conceitos legais, monitoramento e avaliação abre espaço para que consideremos aspectos relacionais, sociais e políticos, aproximando os conceitos teóricos da prática (Pagani, 2022). A compreensão da *accountability* possui caráter progressivo e inesgotável (Pinho & Sacramento, 2009), pois vai além da simples tradução e pressupõe a abertura para novos horizontes de reflexão, nos mais diversos contextos da administração pública. A *accountability* é fundamental para garantir transparência e responsabilização na gestão pública (Fox, 2007). É importante estudá-la para entender como pode ser utilizada para fortalecer a democracia, melhorar a gestão pública, combater a corrupção, promover a equidade e contribuir com o desenvolvimento (Garcia & Rios, 2023; Loureiro et al., 2008; Macedo et al., 2022).

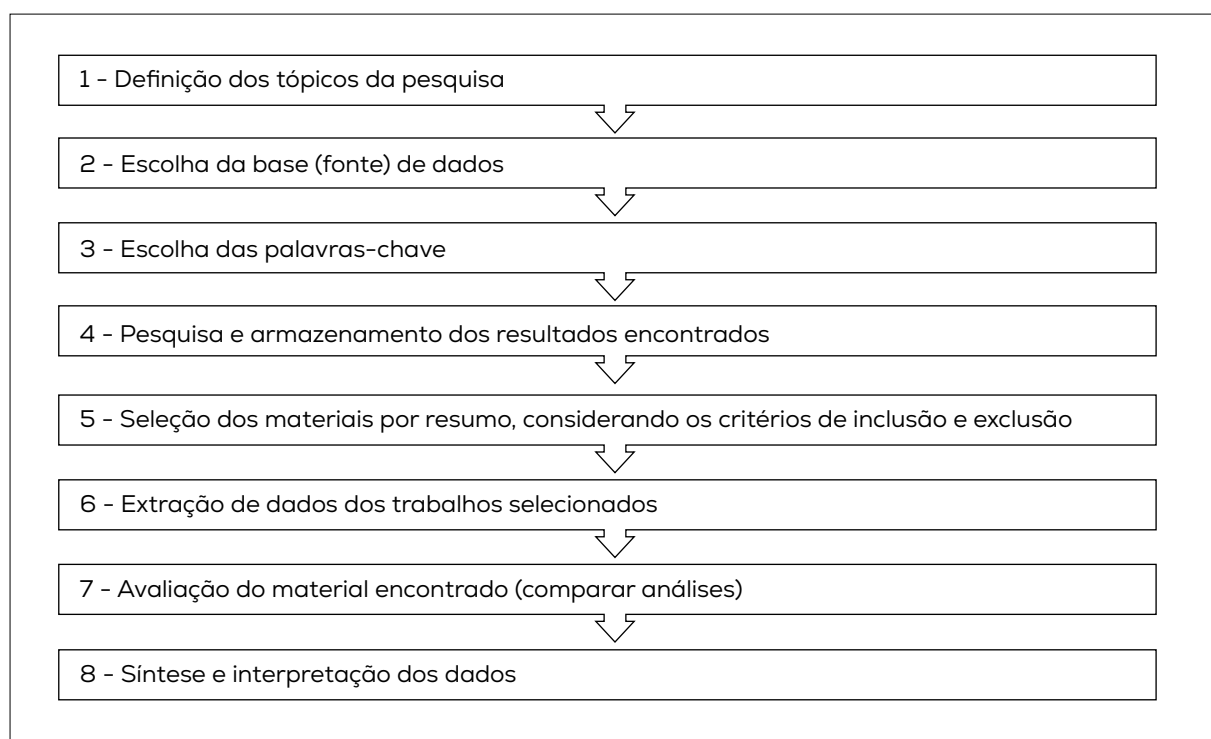
Uma das maneiras de se coletarem dados que permeiam a *accountability* é por meio dos portais eletrônicos, os quais os gestores têm utilizado cada vez mais como instrumento de comunicação e informação à sociedade (Saeger et al., 2018). Os portais são importantes ferramentas de transparência, que permitem que a sociedade acompanhe a atuação dos governos e autoridades públicas, sem precisar se ater a horários e locais específicos, o que minimiza a perda de tempo em filas e idas desnecessárias aos locais de atendimento (Braga & Gomes, 2016). A coleta de dados em portais eletrônicos pode contribuir com o estudo da *accountability*, ao permitir que os *stakeholders* avaliem os atos, exerçam o controle social e responsabilizem os agentes

públicos por suas decisões e resultados (Garcia & Rios, 2023; Lyrio, 2016; Macedo et al., 2022). Além disso, pode fornecer informações para aprimorar as práticas da *accountability*, ao identificar os desafios na implementação, que é a lacuna que a pesquisa pretende preencher.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foi realizada uma revisão sistemática da literatura (Costa & Zoltowski, 2014) acerca dos modelos de coleta de dados em portais eletrônicos, e utilizou-se o protocolo proposto por Akobeng (2005) – Figuras 2 (protocolo da pesquisa) e 3 (síntese da pesquisa). Como sintetizam resultados num tema, as revisões são consideradas evidência de qualidade (Donato & Donato, 2019).

Figura 2 – Protocolo da Pesquisa



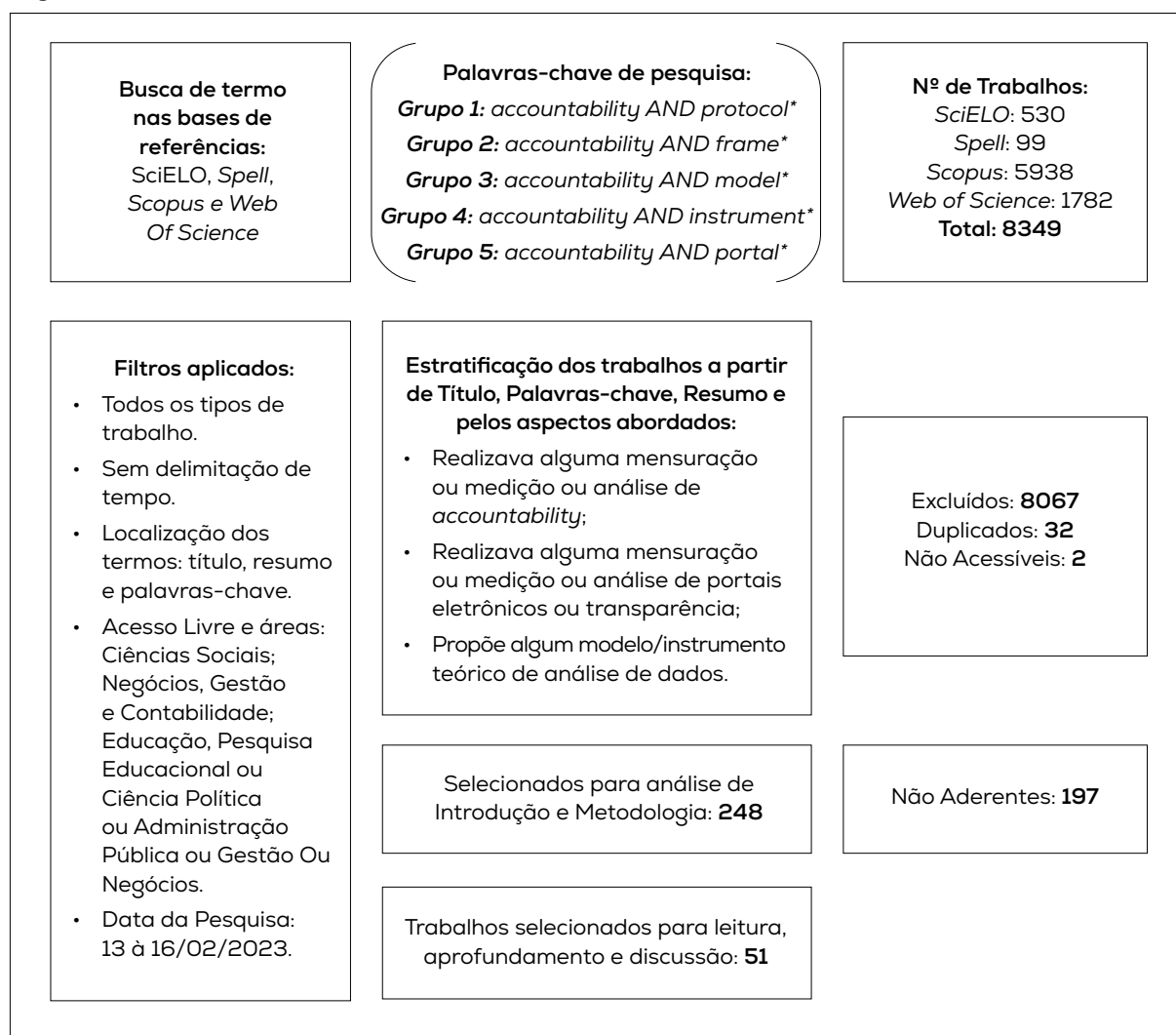
Fonte: Akobeng, 2005.

No primeiro passo, definiu-se o tema da pesquisa: modelos de coleta de dados em portais eletrônicos da *accountability*. As bases escolhidas foram: SciELO, Spell, Scopus e Web of Science, acessadas por meio de CAFE no portal de periódicos CAPES (passo dois). No terceiro passo, escolheram-se as palavras-chave: *accountability and protocol* or frame* or model* or instrument* or portal**. Na Spell a pesquisa foi realizada em português, pois não teve retorno em inglês. Foram utilizados os filtros na Scopus: acesso livre e áreas de Ciência Sociais, Negócios, Gestão e Contabilidade; e na Web of Science: acesso livre e áreas de Pesquisa Educacional,

Ciência Política, Administração Pública, Gestão e Negócios. Nas demais não foi utilizado nenhum filtro. Não foram definidos espaço temporal nem tipo de material.

No quarto passo, foi feita a pesquisa propriamente dita, em fevereiro de 2023. Foram selecionados os materiais por meio da leitura do título, palavras-chave e resumo (quinto passo). Foram excluídos os trabalhos que não tinham relação com a temática e os duplicados (sexto passo). Após a leitura, nova exclusão foi realizada, em virtude de terem sido encontradas as palavras, mas não o foco da pesquisa (sétimo passo). Somado a isso, dois estudos não estavam disponíveis para visualizar/baixar. Restaram 51 trabalhos (ver Tabela 1), que foram lidos na íntegra. Apenas os artigos que apresentaram discussão teórica ou empírica acerca da coleta de dados de *accountability* tiveram informações armazenadas (oitavo passo).

Figura 3 – Síntese da Pesquisa



Fonte: Elaboração dos Autores (2025).

Portanto entende-se como exequível a presente pesquisa e, na sequência, têm-se os resultados, agenda e considerações.

ANÁLISE DA REVISÃO SISTEMÁTICA

A análise agrupou os estudos no contexto, respeitando o enfoque da avaliação e os elementos que os conectam (Tabela 1).

Tabela 1 – Agrupamento dos Contextos dos Estudos e as Constatções

CONTEXTO	AUTORIAS	RESULTADOS, PROTOCOLOS E CONSTATAÇÕES DO GRUPO
Governos municipais	Raupp e Pinho (2011, 2012, 2013); Moraes et al. (2015); Campagnoni et al. (2016); Andrade e Raupp (2017); Bernardo et al. (2017); Coelho et al. (2018); Vieira et al. (2018); Silva et al. (2019); Klenk et al. (2019); Baraldi et al. (2019); Martins e Peixe (2020); Silva et al. (2020); Costa et al. (2020); Royo et al. (2020); Pinto et al. (2020); Ferreira et al. (2020); Pagliari et al. (2020)	(1) Papel dos portais eletrônicos municipais na construção para promover a <i>accountability</i> . (2) Importância da <i>accountability</i> (em especial a transparência) na promoção da governança nos municípios e a necessidade de instrumentos adequados – fragilidade da governança. (3) Análise com base em indicadores de capacidade de atender as dimensões: prestação de contas (média), transparência (alta) e interação com os cidadãos (baixa). (4) Indicam que o nível em cada dimensão está em desacordo com o estágio da legislação brasileira (mínimo exigido em lei, incipiente, uniformidade nas informações dos municípios, longo caminho para uma cultura da <i>accountability</i> , a falta de fiscalização-punição pode ser uma das causas, formatação dos <i>websites</i>). (5) Modelo de conformidade dos portais com a LAI e ferramentas de transparência; Indicador de Transparência Municipal (ITM) à luz do artigo 48 da LRF e Índice de <i>Disclosure</i> Voluntário Municipal (IDV- M); instrumento para medir a governança pública nos municípios brasileiros; Barômetro (avalia as estruturas e práticas de controle interno e gestão de riscos); Índice de Transparência Pública Municipal (ITPM). (6) Relação inversa entre o nível de transparência que enfoca boas práticas e interatividade, e a quantidade de <i>disclosure</i> compulsório e voluntário – baixo nível de divulgação voluntária e <i>trade-off</i> de qualidade e quantidade – as informações mais divulgadas foram despesas/diárias (orçamento) e as menos divulgadas, as transferências financeiras.

(continua)

Tabela 1 – Agrupamento dos Contextos dos Estudos e as Constatações

CONTEXTO	AUTORIAS	RESULTADOS, PROTOCOLOS E CONSTATAÇÕES DO GRUPO
Governos de maneira mais ampla	Grimmelikhuijsen e Welch (2012); Navarro-Galera et al. (2017); Garcia- Garcia e Curto-Rodriguez (2018); Nuryani e Firmansyah (2020); Barredo-Ibáñez et al. (2021); Galletero-Campos e Álvarez-Peralta (2021)	(1) A qualidade da informação depende da cultura administrativa (vários autores), marcos regulatórios (legislações e obrigações – não homogênea), tecnologia e infraestrutura. Mediada por fatores institucionais, políticos e culturais. Associação entre o nível de transparência com três fatores: sistemas de saúde (público e privado), acesso à internet e níveis de administração. (2) Aumento progressivo da transparência das informações ao longo do tempo. De maneira geral, existe baixa transparência dos governos. (3) A transparência como requisito fundamental à governança eficaz e a disponibilidade de informações públicas em diferentes canais podem ser úteis para garantir a clareza e a acessibilidade. (4) A transparência mediada por computador pode ser medida por três dimensões: da informação, do processo e da tomada de decisão. (5) Indicadores de transparência e acessibilidade (clareza, facilidade e atualização); e 14 indicadores de acesso aos itens orçamentários.
Governos estaduais	Pinho (2008); Zurra et al. (2013); Caleffi e Raupp (2017); Coelho et al. (2018).	(1) Baixo nível de transparência e orientado aos requisitos legais. (2) Longe da governança digital. (3) Muita tecnologia, mas faltam democracia e participação popular. (4) Método eletrônico de mensurar a transparência – Monitor Legislativo (administrativo, controle interno, trabalho legislativo, trabalho das comissões, concessões, permissões e contratos, serviços de arquivos, controles externos e canais de comunicação com os cidadãos); instrumento construído com base nas obrigações legais (LRF e LAI).
Instituições de ensino	Zapata e Fleet (2012); Pacios et al. (2016); Rigoni et al. (2021)	(1) Relação entre mercado e prestação de contas. (2) Transparência e informação como resultante da qualidade de ensino e pesquisa. (3) Indicadores de gestão e a importância da transparência na promoção da eficácia e eficiência na gestão pública. (4) Modelo dos indicadores do Acórdão TCU n. 2.267/2005.
Terceiro setor	Kenix (2007); Rey-Garcia et al. (2012); Meira et al. (2022); Nair et al. (2023)	(1) Embora as organizações tenham <i>websites</i> , nem sempre a informação é completa ou acessível – qualidade da informação. (2) Transparência como prestação de contas e contato com o público. (3) Transparência e prestação de contas para aumentar a confiança dos doadores e <i>stakeholders</i> (legitimidade). (4) Práticas de divulgação na internet de ONGs e seu impacto na sustentabilidade. (5) Necessidade de políticas e práticas formais de transparência e prestação de contas. (6) Fundações têm políticas formais de transparência, mas há oportunidades de melhoria em áreas como financeiras e comunicação com <i>stakeholders</i> . (7) Modelo para avaliar a transparência das fundações em qualquer país. (8) Análise comparativa da <i>accountability</i> e transparência em cooperativas em Portugal e na Alemanha. (9) Falta de implicações práticas da boa governança e da acessibilidade dos dados.

(continua)

(conclusão)

Tabela 1 – Agrupamento dos Contextos dos Estudos e as Constatações

CONTEXTO	AUTORIAS	RESULTADOS, PROTOCOLOS E CONSTATAÇÕES DO GRUPO
Dados abertos	Bonivento (2016); Aarshi et al. (2018); Machova et al. (2018); García-García e Curto-Rodríguez (2018, 2019); Royo-Montañés e Benítez-Gómez (2019); Curto-Rodríguez (2020); Raca et al. (2021)	(1) Diagnósticos dos mecanismos institucionais de governo aberto, baseados em transparência, participação, prestação de contas e colaboração. (2) Abertura, facilidade de uso, qualidade, transparência, participação, interoperabilidade, empreendedorismo e inovação e eficiência. (3) Melhores práticas (qualidade, acessibilidade, usabilidade e interoperabilidade). (4) Baixo nível de disponibilização dos dados. (5) Portais de dados abertos como ferramenta eficaz e relevante à prestação de contas. (6) Reúso dos dados dos portais para construção de indicadores e (re)progresso. (7) Indicador de transparência em portais de dados abertos (TDA) e de transparência global (TG).
Empresas privadas	Cantele et al. (2018); Laguna et al. (2021)	(1) Relatórios de sustentabilidade com o objetivo de fornecer informações do desempenho ambiental e social. (2) Baixo nível de divulgação dos indicadores de sustentabilidade. (3) Avaliam a comunicação com as empresas que recebem subsídios dos governos e sua transparência. (4) Diferenças nas cobranças das empresas que oferecem serviços com função pública das empresas públicas.
Outros	Cruz e Zucolotto (2020); Rocha et al. (2020); Barredo-Ibáñez et al. (2022); Renedo-Farpón et al. (2023); Cunha e Flores (2023); Gegenhuber et al. (2023)	(1) Transparência ativa no TJ estaduais – baixa aderência às normas (LRF e LAI). (2) <i>Accountability</i> social nos TC (portais; atividade de fiscalização; e participação cidadã) – não são transparentes e resistentes à participação social. (3) Transparência e comunicação em relação à saúde em quatro países – transparência maior no setor público – falta de transparência entre os países. (4) Mecanismos de transparência utilizados pelos meios de comunicação na Espanha e em Portugal – transparência na promoção da liberdade de imprensa e na construção de uma sociedade mais democrática. (5) Governança e <i>accountability</i> no setor turístico (parques estaduais da Amazônia) – <i>framework da accountability</i> . (6) Governança de dados em inovação social aberta – modelo conceitual de governança de dados: abertura, responsabilidade e poder.

Fonte: Elaboração dos autores 2025. Nota: Coelho et al. (2018) estudam capitais e estados.

Os estudos têm em comum a preocupação com a transparência como um valor democrático fundamental e em avaliar ou melhorar a transparência em diferentes áreas e níveis de governo, haja vista que indicam uma tendência ao descumprimento das normas e um desafio social complexo. Nos estudos mais antigos, a transparência é o enfoque principal, entretanto, à medida que o tempo passa, outras dimensões da *accountability* são inseridas, bem como correlacionadas com novas variáveis e melhorando as evidências empíricas. Nota-se, portanto, que os portais têm contribuído sistematicamente com a *accountability* (García-García & Curto-Rodríguez, 2018), e mostra-se uma tendência internacional em todos os níveis da administração pública (García-García & Curto-Rodríguez, 2019).

Contrariando o senso comum, Kenix (2007) destaca a chamada “utopia *on-line*”, na qual relata que não encontrou qualquer evidência empírica de que a *internet* de fato proporcionou maior transparência, direito de fala para vozes marginalizadas, oportunidade de ativismo e responsabilização. Nota-se muita tecnologia, mas pouca democracia, e longe de uma verdadeira revolução e de provimento democrático de informações (Pinho, 2008). Os portais são “verdadeiros labirintos” para acessar a informação (Klenk et al., 2019). Apesar disso, a promoção da *accountability* não falhou, mas está em construção. O acesso não deve ser o objetivo final, mas condutor de espaços democráticos e participação nas decisões (Macedo et al., 2022).

Existe uma crítica geral referente à baixa participação da sociedade e inércia dos colegiados que as representam no sentido de contribuir com a precarização da *accountability* de uma maneira geral. Entende-se que há um “processo cíclico que envolve transparência, *accountability* e democracia, uma vez que sem transparência não pode haver *accountability* e, consequentemente, democracia” (Cruz & Zuccolotto, 2020, p. 18). Por fim, tanto participação quanto responsabilização precisam ser mais bem desenvolvidas e aprimoradas (Garcia & Rios, 2023; Martins & Peixe, 2020).

Reflexões para uma agenda de pesquisa futura

Embora cada estudo tenha seu foco e objetivo específico, todos compartilham uma preocupação em comum: entender ou avaliar as práticas de transparência em diferentes organizações, incluindo as ONGs, fundações, governos locais, empresas que recebem subsídios, tribunais de contas, cooperativas e outras. Utilizam abordagem empírica para compreender as características qualitativas do fenômeno.

Um padrão de construção notado nos trabalhos é que sempre há um modelo norteador à coleta dos dados, ou seja, há um protocolo de observação para realizar a pesquisa, como se fosse um itinerário mínimo a ser seguido na pesquisa empírica. Esse protocolo contém informações daquilo que o pesquisador e literatura consultada consideram importante o portal eletrônico conter.

Nem todos os protocolos de observação foram “validados” antes da realização da pesquisa, o que pode conferir oportunidade para pesquisas futuras. Alguns tiveram o cuidado de realizar teste preliminar. Mesmo assim, a definição de validade está atrelada ao grau em que um instrumento mede aquilo que se propôs medir, portanto todo instrumento é válido se atinge seu objetivo (Monteiro & Hora, 2013). Outros constroem um *ranking* em termos de transparência, mas com um viés mais profundo do que apenas a transparência do portal em si, alcançando a instituição pesquisada.

Ademais, ressalta-se que cada estudo é único e contém referenciais teóricos bem-definidos e voltados para realizar uma conexão com aquilo que se pretende. Nesse sentido, podemos trazer três pontos de destaque: *accountability*, transparência e democracia. Essas temáticas atuam como “panos de fundo” que sustentam uma inter-relação teórica e prática, fundamentando análises voltadas à promoção de valores democráticos e à conexão entre instituições e cidadania ativa. Além disso, indicam uma preocupação em avançar o campo de pesquisa para

além do simples exame de ferramentas (como portais) para a análise do impacto institucional no comportamento cívico e político. A transparência dos portais, portanto, não é o objetivo das pesquisas, mas sim a análise das instituições, sua capacidade de promover a transparência e uma cultura de *accountability* (Raupp & Pinho, 2013; Silva et al., 2019) e propiciar maior participação dos cidadãos, e consequentemente a promoção da democracia, o que pode direcionar o campo nas pesquisas.

No que tange aos aspectos metodológicos, há reforço das abordagens qualitativa e quantitativa. Também utiliza metanálise para resumir e sintetizar os resultados de estudos anteriores. Logo, há um viés qualitativo predominante nos estudos, e a interpretação conduz a caminhos que buscam entender determinados comportamentos e aspectos políticos da organização. Compreender como os atores interpretam a necessidade de transformação democrática nos órgãos e quais têm sido as ações realizadas (Rocha et al., 2020), evidenciar quais os motivos da baixa adesão da legislação (Andrade & Raupp, 2017) ou compreender as limitações e entraves para operacionalização (Rigoni et al., 2021) podem configurar campo oportuno e fértil às pesquisas futuras.

Talvez sejam oportunas pesquisas quantitativas relacionando outras variáveis e escores mais elaborados, pois nota-se que há espaço para avanços, sobretudo nas dimensões relacionadas aos contextos sociodemográficos e às estruturas de gestão e governança de TI (Coelho et al., 2018). Uma alternativa promissora seria o desenvolvimento de um protocolo abrangente, baseado em uma compilação criteriosa das evidências disponíveis na presente pesquisa e na literatura, com foco na aplicabilidade ao setor em questão. Além disso, o processo de avaliação poderia contemplar a adaptação de determinados itens, garantindo maior flexibilidade e aderência às especificidades contextuais, sem comprometer a validade e a confiabilidade dos indicadores.

Nota-se que as pesquisas ampliaram-se para além da transparência, abordando de maneira mais profunda as dimensões da *accountability*, procurando contribuir com dados e ferramentas que favoreçam a governança, não apenas no contexto público, mas também no privado e no terceiro setor. É necessário explorar novas interseções entre políticas públicas e os modelos de coleta. A exemplo disso, Sanabria et al. (2023) propuseram um modelo de coleta de dados que busca informações nos portais eletrônicos de instituições federais de ensino superior (IFES), com foco na política nacional de assistência estudantil.

Portanto, torna-se mais relevante direcionar os esforços para a análise da literatura relacionada à avaliação da *accountability* a partir dos dados e informações disponibilizados nos portais institucionais, em vez de concentra-se na busca por uma definição conceitual ampla ou no estabelecimento de um senso comum sobre o termo. Essa abordagem possibilita uma compreensão empírica e baseada em evidências, alinhada com as demandas contemporâneas de transparência e controle social.

Outro caminho seria o de adaptar os modelos existentes, trabalhando com os itens que são previstos na legislação, no que tange aos aspectos exigidos para divulgação de informações, e buscar uma aproximação entre os modelos e políticas públicas nos mais diversos aspectos, afunilando a investigação de pontos sensíveis e que carecem de aprofundamento, dessa forma

recomendendo às instituições melhores práticas de transparência, *accountability* e governança. Sugere-se que isso seja aplicado em seus portais eletrônicos, haja vista a tendência internacional de governo aberto (García-García & Curto-Rodríguez, 2019), e também por ser o principal mecanismo para operacionalizar o governo eletrônico (Caleffi & Raupp, 2017).

“Reclamação” comum nos trabalhos foi a questão da participação da sociedade e maior controle social (assimetria informacional), para além da questão teórica, mas sobre a necessidade de melhores evidências empíricas do campo, o que pode reforçar o desestímulo por parte das organizações em buscar a *accountability*, ou ainda aferir se há um incentivo à participação e controle social (Caleffi & Raupp, 2017). Mas, antes de tudo, algumas questões precisam ser respondidas para avançar na discussão, tais como: Como é possível estimular a participação da sociedade apenas com uma boa *accountability*? Teria relação direta uma boa *accountability* com uma maior participação da sociedade (controle social)? Como fiscalizar a *accountability* sem um protocolo estruturado? Essas questões poderão estimular o debate ao campo e, portanto, são muito mais um ponto de partida do que um ponto de chegada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou explorar a existência de publicações sobre a *accountability* correlacionadas com formas de medir ou construir a *accountability* em portais eletrônicos, nas principais bases de referências. A contribuição teórica assenta-se na discussão sintetizada do tema, além de apontar direções futuras, as quais possibilitarão “atalho” à expansão do campo. Também se apresenta como um aparato importante e sólido para a compreensão da discussão acerca da coleta de dados em portais eletrônicos e da análise da *accountability*.

Os resultados evidenciam que os instrumentos de coleta de dados identificados neste estudo contribuem para a promoção e a reflexão da *accountability* nas organizações nas três dimensões: transparência, prestação de contas e responsabilização. Além disso, mostram ferramentas norteadoras para que os gestores possam identificar as lacunas quanto à divulgação de dados nos portais eletrônicos da organização, pois indicam as fragilidades no que tange aos aspectos acerca da transparência e da boa governança, dada a natureza multidimensional (refutando a ideia unidimensional). Logo, não só abriu a “caixa-preta”, mas também decodificou os estudos, haja vista que esta pesquisa evidenciou e agrupou racionalmente os estudos anteriores, cuja lógica de funcionamento estava muito fragmentada no campo até então. Além disso, este estudo representa um ponto de partida e pode fomentar novos desdobramentos, incentivando investigações futuras que aprofundem o tema e ampliem as perspectivas teóricas e práticas na área.

Vale ressaltar que o estudo ficou restrito às bases de referências, e pesquisas futuras podem explorar outras bases, como as que contêm dissertações e teses (Banco de Dissertações e Teses da CAPES), pois tem o entendimento de que nem toda produção relevante está devidamente indexada nas bases de referências analisadas. Há limitações inerentes ao método, pois mesmo com uma busca de dados a partir de um método estruturado, em bases de pesquisas consistentes, pode ocorrer o risco de alguma autoria ficar de fora. Há também

a limitação da interpretação, que é uma variável dependente do julgamento dos autores, havendo, por mais imparcial e literato que seja no assunto, o fator humano, que acaba por ser limitado acerca das próprias procuras.

Como indicações de futuras pesquisas, podem ser realizadas pesquisas que explorem novas proposições de modelos, bem como adaptações aos modelos de coleta já existentes, visando obter dados relacionados à implementação de políticas públicas, realizando análise em recortes menores de dados e por temáticas específicas. Necessita-se de maior evidência empírica de que uma instituição "*accountabilityzada*" será correlacionada às variáveis ou comportamentos institucionais: mais democrática, com melhor gestão, resultados positivos no combate à corrupção, maior equidade, melhor desenvolvimento e maior participação social. São essas inclinações que podem conferir relevância e amparar as pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

- Abrucio, F., & Loureiro, M. (2004). Finanças públicas, democracia e *accountability*: Debate teórico e o caso brasileiro. In P. Arvate & C. Biderman, *Economia do setor público no Brasil* (pp. 75-102). Elsevier.
- Akobeng, A. (2005). Understanding systematic reviews and meta-analysis. *Archives of Disease in Childhood*, 90(8), 845-848. <http://dx.doi.org/10.1136/ad.2004.058230>
- Alves, M., & Bonfim, M. (2020). Gestão pública responsiva: Um estudo sobre práticas de *accountability* em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. In *7o Encontro Brasileiro de Administração Pública*. Brasília.
- Andrade, R., & Raupp, F. (2017). Transparência do legislativo local à luz da lei de acesso à informação: Evidências empíricas a partir dos maiores municípios brasileiros. *Revista Desenvolvimento em Questão*, 15(41), 85-130. <http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2017.41.85-130>
- Aarshi, S., Malik, B., Habib, F., Ashfaq, K., & Saleem, I. (2018). Dimensions of open government data web portals: A case of Asian Countries. *International Journal of Advanced Computer Science and Applications*, 9(6), 459-469. <http://dx.doi.org/10.14569/IJACSA.2018.090663>
- Bairral, M., Silva, A., & Alves, F. (2015). Transparência no setor público: Uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010. *Revista de Administração Pública*, 49(3), 643-675. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612125158>
- Baraldi, F., Borgert, A., & Fabre, V. (2019). Análise dos portais de transparência de pequenos municípios do Paraná. *Práticas de Administração Pública*, 3(1), 63-84. <http://dx.doi.org/10.5902/2526629238478>
- Barredo-Ibáñez, D., Rodríguez-Navas, P., Breijo, V., & Morales, N. (2022). Transparency of government healthcare websites: A predictive model based on the main public administrations of Chile, Colombia, Ecuador, and Spain. *Profesional de la Información*, 31(1), 1-20. <http://dx.doi.org/10.3145/epi.2022.ene.04>

- Barredo-Ibáñez, D., Rodríguez-Navas, P., Morales, N., & Breijo, V. (2021). Health transparency and communication on the government websites of ibero-american countries: The cases of Chile, Colombia, Ecuador, and Spain. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 18, 1-16. <http://dx.doi.org/10.3390/ijerph18126222>
- Batista, I., Gomes, R., & Panis, A. (2021). *Accountability* sob o enfoque da governança pública no Brasil: Uma revisão sistemática da produção científica entre 2012 e 2021. In 8º *Encontro Brasileiro de Administração Pública*. Brasília.
- Bernardo, J., Reis, A., & Sediya, G. (2017). Características explicativas do nível de transparência na administração pública municipal. *Revista Ciências Administrativas*, 23(2), 277-292. <http://dx.doi.org/10.5020/2318-0722.23.2.277-292>
- Bobbio, N. (2017). *O futuro da democracia: Uma defesa das regras do jogo* (14a ed.). Paz e Terra
- Boer, T. De. (2021). Updating public *accountability*: A conceptual framework of voluntary accountability. *Public Management Review*, 23, 1-24. <http://dx.doi.org/10.1080/14719037.2021.2006973>
- Bonivento, J. (2016). Diseño institucional para el gobierno abierto municipal: Propuesta de medición y análisis del caso Chileno. *Documentos y Aportes em Administración Pública y Gestión Estatal*, 27, 101-128. <https://www.redalyc.org/pdf/3375/337548646004.pdf>
- Braga, L., Alves, W., Figueiredo, R., & Santos, R. (2014). O papel do governo eletrônico no fortalecimento da governança do setor público. *Revista do Serviço Público*, 59(1), 5-21. <http://dx.doi.org/10.21874/rsp.v59i1.137>
- Braga, L., & Gomes, R. (2016). Participação eletrônica e suas relações com governo eletrônico, efetividade governamental e *accountability*. *Organizações & Sociedade*, 23, 487-506. <http://dx.doi.org/10.1590/1984-92307878>
- Bresser-Pereira, L. (2020). A democracia não está morrendo: Foi o neoliberalismo que fracassou. *Lua Nova*, 111, 51-79. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-051079/111>
- Buta, B., Teixeira, M., & Schurgelies, V. (2018). *Accountability* nos atos da administração pública federal brasileira. *Revista Pretexto*, 19(4), 46-62. <http://dx.doi.org/10.21714/pretexto.v19i4.5715>
- Caleffi, C., & Raupp, F. (2017). Avaliação da transparência fiscal e do acesso à informação nas assembleias legislativas brasileiras. *Meta: Avaliação*, 9(26), 360-386. <http://dx.doi.org/10.22347/2175-2753v9i26.1314>
- Campagnoni, M., Carvalho, R., Lyrio, M., Lunkes, R., & Rosa, F. (2016). Transparência no poder legislativo municipal: Uma análise dos portais eletrônicos das câmaras de vereadores das capitais brasileiras. *Revista Gestão Organizacional*, 1, 21-42. <http://dx.doi.org/10.22277/rgo.v9i1.2934>
- Campos, A. (1990). *Accountability*: Quando poderemos traduzi-la para o português? *Revista de Administração Pública*, 24(2), 30-50. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122009000600006>

- Cantele, S., Tsalis, T., & Nikolaou, I. (2018). A new framework for assessing the sustainability reporting disclosure of water utilities. *Sustainability*, 10(2), 1-12. <http://dx.doi.org/10.3390/su10020433>
- Coelho, T., Silva, T., Cunha, M., & Teixeira, M. (2018). Transparência governamental nos estados e grandes municípios brasileiros: Uma “dança dos sete véus” incompleta? *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 23(75), 235-260. <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v23n75.73447>
- Costa, A., & Zoltowski, A. (2014). Como escrever um artigo de revisão sistemática. In *Manual de produção científica* (pp. 55-70). Penso.
- Costa, G., Xavier, A., Jr., Rêgo, T., & Macêdo, A. (2020). Nível de transparência dos municípios de médio porte brasileiros: Um estudo sobre a relação dos indicadores socioeconômico e demográficos. *Revista Interface*, 10, 35-57. <https://ojs.ccsa.ufrn.br/index.php/interface/article/view/1160>
- Cruz, G., & Zucolotto, R. (2020). Transparência ativa no judiciário: Um estudo dos portais eletrônicos dos tribunais de justiça. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 25(82), 1-21. <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v25n82.80149>
- Cruz, N., & Marques, R. (2014). Scorecard for sustainable local governments. *Cities*, 39, 165-170. <http://dx.doi.org/10.1016/j.cities.2014.01.001>
- Cunha, E., & Flores, L. (2023). Turismo, governança e parques estaduais na Amazônia brasileira: Construção de framework de accountability. *Revista Brasileira de Turismo (RBTUR)*, 17, 1-18. <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v17.2689>
- Curto-Rodríguez, R. (2020). Transparencia operativa de las comunidades autónomas españolas mediante sus portales de datos abiertos. *El Profesional de la Información*, 29(1), 1-13. <http://dx.doi.org/10.3145/epi.2020.ene.15>
- Dantas, J., Zendersky, H., & Niyama, J. (2005). A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. *Revista Economia & Gestão*, 5(11), 56-76. <https://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/40>
- Denhardt, R. (2012). *Teorias da administração pública*. Cengage Learning.
- Donato, H., & Donato, M. (2019). Etapas na condução de uma revisão sistemática. *Acta Médica Portuguesa*, 32(3), 227-235. <http://dx.doi.org/10.20344/amp.11923>
- Dubnick, M. (2005). Accountability and the promise of performance: In search of mechanisms. *Public Performance and Management Review*, 28(3), 376-417. <http://dx.doi.org/10.1080/15309576.2005.11051839>
- Dutu, A., & Diaconu, M. (2017). Community participation for an open public administration: Empirical measurements and conceptual framework design. *Cogent Business & Management*, 4(1), 1-22. <http://dx.doi.org/10.1080/23311975.2017.1287980>
- Ferreira, C., Silva, G., Rosa, F., & Alberton, L. (2020). Transparência da prestação de contas dos gastos públicos nos governos municipais: Um estudo de caso no Estado de Goiás. *Revista Ambiente Contábil*, 12(2), 157-178. <http://dx.doi.org/10.21680/2176-9036.2020v12n2ID19090>

- Filgueiras, F. (2018). Indo além do gerencial: A agenda da governança democrática e a mudança silenciada no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 52, 71-88. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612161430>
- Fox, J. (2007). The uncertain relationship between transparency and *accountability*. *Development in Practice*, 17(4/5), 663-671. <http://dx.doi.org/https://doi.org/10.1080/09614520701469955>
- Galletero-Campos, B., & Álvarez-Peralta, M. (2021). Mapa de la publicidad institucional en la España autonómica: Marco jurídico y mecanismos para la rendición de cuentas. *Revista Española de la Transparencia*, 13, 107-128. <http://dx.doi.org/10.51915/ret.183>
- Garcia, F., & Rios, R. (2023). Corrupção pública e *accountability*: Uma proposta de enfrentamento integrado a partir da perspectiva da *accountability* social. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 126, 81-137. <http://dx.doi.org/10.9732/2023.V126.693>
- García-García, J., & Curto-Rodríguez, R. (2018). Divulgación de información pública de las comunidades autónomas españolas (2013-2017): Portal de datos abiertos, portal de transparência y web institucional. *El Profesional de la Información*, 27(5), 1051-1060. <http://dx.doi.org/10.3145/epi.2018.sep.09>
- García-García, J., & Curto-Rodríguez, R. (2019). El ejercicio de la rendición de cuenta mediante portales de datos abiertos en las comunidades autónomas españolas. *Revista de Internet, Derecho y política*, 29, 1-15. <http://dx.doi.org/10.7238/idp.v0i29.3182>
- Gegenhuber, T., Mair, J., Lührsen, R., & Thäter, L. (2023). Orchestrating distributed data governance in open social innovation. *Information and Organization*, 33, 1-13. <http://dx.doi.org/10.1016/j.infoandorg.2023.100453>
- Gelatti, A., Souza, R., & Silva, R. (2015). Poder Público, TIC e e-GOV: Uma análise acerca do uso das novas tecnologias na administração pública. In *3º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade*. 1-15. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria – RS.
- Grimmelikhuijsen, S., & Welch, E. (2012). Developing and testing a theoretical framework for computer-mediated transparency of local governments. *Public Administration Review*, 72(4), 562-571. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1540-6210.2012.02532.x>
- Ingrams, A. (2019). Public values in the age of big data: A public information perspective. *Policy & Internet*, 11(2), 128-148. <http://dx.doi.org/10.1002/poi3.193>
- Kenix, L. (2007). In search of utopia: An analysis of non-profit web pages. *Information, Communication & Society*, 10(1), 69-94. <http://dx.doi.org/10.1080/13691180701193085>
- Klein, R., Klein, D., & Luciano, E. (2018). Identificação de mecanismos para a ampliação da transparência em portais de dados abertos: Uma análise no contexto brasileiro. *Cadernos Ebape.br*, 16, 692-715. <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395173241>
- Klenk, I., Sousa, R., Toro, P., & Colauto, R. (2019). Nível de disclosure voluntário de municípios da região metropolitana de Curitiba. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, 11(3), 27-43. <http://dx.doi.org/10.5380/rcc.v11i3.71143>

- Koppell, J. (2005). Pathologies of *accountability*: ICANN and the challenge of "Multiple Accountabilities Disorder". *Public Administration Review*, 65(1), 94-108. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1540-6210.2005.00434.x>
- Laguna, L., Grande, E., & Zurdo, R. (2021). Are companies receiving grants transparent? The social impact in Spain and its evaluation. *Revista de Estudios Cooperativos (Revesco)*, 138(138), 1-25. <http://dx.doi.org/10.5209/REVE.75567>
- Lima, D. (2021). *Accountability democrática em portais eletrônicos do órgão deliberativo municipal: Uma análise comparativa entre as capitais brasileiras e as capitais dos distritos portugueses* (Dissertação de mestrado, Universidade Tecnológica Federal do Paraná).
- Loureiro, M., Teixeira, M., & Prado, O. (2008). Construção de instituições democráticas no Brasil contemporâneo: Transparência das contas públicas. *Organizações & Sociedade*, 15, 107-119. <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-92302008000400006>
- Lyrio, M. (2016). *Transparência da gestão pública em portais eletrônicos: Uma análise no contexto do poder executivo dos governos sub-nacionais brasileiro e espanhol* (Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Administração, Florianópolis, SC).
- Macedo, S., Valadares, J., Mendes, W., & Miranda, M. (2022). Percepções sobre o acesso à informação e a corrupção na gestão pública municipal: Os dois lados da mesma moeda. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, 12(3), 59-81. <http://dx.doi.org/10.5102/rbpp.v12i3.7901>
- Machova, R., Hub, M., & Lnenicka, M. (2018). Usability evaluation of open data portals evaluating data discoverability, accessibility, and reusability from a stakeholders' perspective. *ASLIB Journal of Information Management*, 70(3), 252-268. <http://dx.doi.org/10.1108/AJIM-02-2018-0026>
- Martins, G., & Peixe, B. (2020). Governança pública: Análise exploratória do disclosure dos municípios da região sul do Brasil. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 15(4), 134-159. http://dx.doi.org/10.21446/scg_ufrj.v0i0.32489
- Medeiros, A., Crantschaninov, T., & Silva, F. (2013). Estudos sobre *accountability* no Brasil: Meta-análise de periódicos brasileiros das áreas de administração, administração pública, ciência política e ciências sociais. *Revista de Administração Pública*, 47, 745- 775. <http://dx.doi.org/10.5209/REVE.83721>
- Meira, D., Bandeira, A., & Santos, M. (2022). Rendición de cuentas y transparência en las cooperativas: Un análisis comparativo entre Portugal y Alemanha. *Revista de Estudios Cooperativos (REVESCO)*, 142, 1-20. <http://dx.doi.org/10.5209/REVE.83721>
- Monteiro, G., & Hora, H. (2013). Pesquisa em saúde pública: como desenvolver e validar instrumentos de coleta de dados. Curitiba. Editora: *Appris*.
- Moraes, D., Jr., Carneiro, A., & Silva, J., Neto. (2015). Nível e ranking da transparência e acesso à informação dos municípios de Rondônia. *Amazônia, Organizações e Sustentabilidade*, 4(2), 47-64. <http://dx.doi.org/10.17800/2238-8893/aos.v4n2p47-64>

- Moura, A. (2022). *Accountability*: Um conceito em construção na realidade brasileira. *Revista Científica FESA*, 1(11), 3-14. <http://dx.doi.org/10.29327/232022.1.11-1>
- Mulgan, R. (2000). 'Accountability': An ever expanding concept? *Public Administration*, 78(3), 555-573. <http://dx.doi.org/10.1111/1467-9299.00218>
- Nair, R., Arshad, R., Muda, R., & Joharry, S. (2023). Web-disclosure practices for transparency and the sustainability of non-profit organisations. *International Review on Public and Nonprofit Marketing*, 20, 1-23. <http://dx.doi.org/10.1007/s12208-021-00330-2>
- Navarro-Galera, A., Ruiz-Lozano, M., Tirado-Valencia, P., & Rios-Berjillos, A. (2017). Promoting sustainability transparency in european local governments: An empirical based on administrative cultures. *Sustainability*, 9(432), 1-20. <http://dx.doi.org/10.3390/su9030432>
- Nuryani, A., & Firmansyah, A. (2020). Determinants of transparency in financial management on local government websites: Evidence from Indonesia. *Humanities and Social Sciences Letters*, 8(2), 145-155. <http://dx.doi.org/10.18488/journal.73.2020.82.145.155>
- O'Donnell, G. (1998). *Accountability horizontal e poliarquias*. *Lua Nova*, 44, 27-54. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451998000200003>
- Olsen, J. (2018). *Accountability democrática, ordem política e mudança: Explorando processos de accountability em uma era de transformação europeia*. Enap.
- Pacios, A., Osti, M., & Bravo, B. (2016). Transparency and access to information on research projects in Spanish public universities. *El Profesional de la Información*, 25(5), 721-729. <http://dx.doi.org/10.3145/epi.2016.sep.02>
- Pagani, C. (2022). *Accountability na administração pública: definições e abordagens alternativas*. In *25os Seminários em Administração*, São Paulo, SP.
- Pagliari, V., Lima, N., & Silva, C. (2020). Gestão municipal: Transparência dos portais eletrônicos como promotores da accountability. *AtoZ: Novas Práticas em Informação e Conhecimento*, 9(2), 1-13. <http://dx.doi.org/10.5380/atoz.v9i2.73180>
- Peixoto, T., & Fox, J. (2016). When does ICT-Enable citizen voice lead to government responsiveness? *Institute of Development Studies*, 47(1), 23-40. <http://dx.doi.org/https://doi.org/10.19088/1968-2016.104>
- Pinho, J. (2008). Investigando portais de governo eletrônico de estados do Brasil: Muita tecnologia, pouca democracia. *Revista de Administração Pública*, 42(3), 471-493. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122008000300003>
- Pinho, J., & Sacramento, A. (2009). *Accountability*: Já podemos traduzi-la para o português? *Revista de Administração Pública*, 43(6), 1343-1368. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122009000600006>
- Pinto, J., Filho, Rita, L., & Pinto, I. S. (2020). Política de acesso à informação nas capitais nordestinas: Análise do cumprimento da LAI pelo poder executivo municipal. *Navus*, 10, 1-16. <http://dx.doi.org/10.22279/navus.2020.v10.p01-16.1357>

- Raca, V., Velinov, G., Cico, B., & Kon-Popvska, M. (2021). Application-based framework for analysis, monitoring and evaluation of national open data portals. *International Journal of Advanced Computer Science and Applications*, 12(11), 26-36. <http://dx.doi.org/0.14569/IJACSA.2021.0121104>
- Raupp, F., & Pinho, J. (2011). Construindo a *accountability* em portais eletrônicos de câmaras municipais: Um estudo de caso em Santa Catarina. *Cadernos EBAPE.BR*, 9(1), 116-138. <http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512011000100008>
- Raupp, F., & Pinho, J. (2012). Portais eletrônicos de câmaras localizadas em pequenos municípios catarinenses: Murais eletrônicos ou promotores de construção da prestação de contas, transparência e participação. *Pensar Contábil*, 14(53), 35-44. <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/view/1241>
- Raupp, F., & Pinho, J. (2013). *Accountability* em câmaras municipais: Uma investigação em portais eletrônicos. *Revista de Administração*, 48(4), 770-782. <http://dx.doi.org/10.5700/rausp1120>
- Renedo-Farpón, C., Canavilhas, J., & Díez-Garrido, M. (2023). Transparency mechanisms in the media: Analysis of Spain and Portugal. *Profesional de la Información*, 32(1), 1-15. <http://dx.doi.org/10.3145/epi.2023.ene.05>
- Rey-Garcia, M., Martin-Cavana, J., & Alvarez-Gonzalez, L. (2012). Assessing and advancing foundation transparency: Corporate foundations as a case study. *The Foundation Review*, 4(3), 77-89. <http://dx.doi.org/10.4087/FOUNDATIONREVIEW-D-12-00003.1>
- Rigoni, B., Gonzaga, R., & Zuccolotto, R. (2021). Transparency and accountability: Analysis of management indicators of Federal Education Institutes. *Journal of Accounting, Management and Governance*, 24(3), 406-421. http://dx.doi.org/10.51341/1984-3925_2021v24n3a9
- Rocha, A. (2011). *Accountability* na administração pública: Modelos teóricos e abordagens. *Contabilidade Gestão e Governança*, 14(2), 82-97. <https://revistacgg.org/index.php/contabil/article/view/314>
- Rocha, A. (2013). *Accountability*: Constituinte necessária das sociedades democráticas. *Revista da Faculdade de Administração e Economia*, 5(1), 81-100. <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/2888>
- Rocha, A., Schommer, P., Debetir, E., & Pinheiro, D. (2019). Transparência como elemento da coprodução na pavimentação de vias públicas. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 24(78), 1-22. <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v24n78.74929>
- Rocha, D., Zuccolotto, R., & Teixeira, M. (2020). Insulados e não democráticos: A (im) possibilidade do exercício da social accountability nos tribunais de contas brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 54(2), 201-219. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220190294>
- Romzek, B., & Dubnick, M. (1987). *Accountability* in the public sector: Lessons from the challenger tragedy. *Public Administration Review*, 7(3), 227-238. <http://dx.doi.org/10.2307/975901>

- Royo, S., Yetano, A., & García-Lacalle, J. (2020). Financial transparency in the web 2.0 era: An analysis of the use of websites and social media by Spanish municipalities. *Revista de Contabilidad*, 23(2), 263-276. <http://dx.doi.org/10.6018/rcsar.371951>
- Royo-Montañés, S., & Benítez-Gómez, A. (2019). Portales de datos abiertos: Metodología de análisis y aplicación a municipios españoles. *El Profesional de la Información*, 28(6), 1-14. <http://dx.doi.org/10.3145/epi.2019.nov.09>
- Saeger, M., Barros, A., Andrade, T., & Ferreira, D. (2018). Acesso à informação financeira em websites: Uma análise do portal da transparência da prefeitura municipal de Marcação/PB sob a perspectiva da arquitetura da informação. *Folha de Rostto*, 4(2), 25-35. <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderostto/article/view/284>
- Sanabria, D. (2023). *Accountability da assistência estudantil em portais eletrônicos: Proposta de um instrumento de aferição* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Grande Dourados, Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional, Dourados, MS).
- Sanabria, D., Fava, H., Ferreira, N., & Cintra, R. (2023). Assistência estudantil à luz da *accountability*: Instrumento de medição em portais eletrônicos. *Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade (Reunir)*, 13(3), 110-128. <http://dx.doi.org/10.18696/reunir.v13i3.1485>
- Santos, A., Amaral, H., & Silva, W. (2022). Indicador de valor público e sua relação com a *accountability*. *Administração Pública e Gestão Social*, 14(1), 1-19. <http://dx.doi.org/https://doi.org/10.21118/apgs.v14i1.12345>
- Silva, P., Monte-mor, D., & Rodrigues, V. (2019). A influência do nível de transparência da gestão pública na quantidade de disclosure informacional dos municípios capixabas. *Revista Mineira de Contabilidade*, 20(3), 18-31. <http://dx.doi.org/10.21714/2446-9114RMC2019v20n3t02>
- Silva, R., Borba, J., & Miranda, R. (2020). Barômetro de risco da governança municipal: Um modelo de avaliação com ênfase nas estruturas e práticas da controladoria interna. *Revista da CGU*, 12(21), 45-63. <http://dx.doi.org/10.36428/revistadacgu.v12i21.170>
- Vieira, A., Mendonça, A., Carvalheiro, R., & Kremer, A. (2018). Accountability no Mato Grosso do Sul: Um retrato a partir dos portais eletrônicos municipais. *Administração Pública e Gestão Social*, 10(4), 293-302. <http://dx.doi.org/10.21118/apgs.v10i4.2018>
- Zapata, G., & Fleet, N. (2012). Mercado, rendición de cuentas e información pública en educación superior. *Estudios Pedagógicos*, 38(2), 259-276. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-07052012000200016>
- Zurra, R., Botelho, L., Ferreira, S., & Soares, L. (2013). E-legislative and accountability: The case of Brazil. *Mediterranean Journal of Social Sciences*, 4(11), 590-602. <http://dx.doi.org/10.5901/mjss.2013.v4n11p590>

CONFLITOS DE INTERESSE

Os(as) autores(as) não têm conflitos de interesse a declarar.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Daniel Colman Sanabria: Redação – Rascunho Original; Curadoria dos Dados; Análise Formal; Investigação; Metodologia; Administração de Projetos; Recursos; Visualização.

Renato Fabiano Cintra: Conceituação; Curadoria dos Dados; Análise Formal; Supervisão; Validação; Metodologia; Administração de Projetos; Redação – Revisão e Edição; Visualização.